

LER COMO ESCRITOR, ESTRATÉGIA PARA A PESQUISA JURÍDICA

Prof. Dr Osmar de Souza*

Introdução

O tema da leitura vem sendo reiteradamente discutido na Academia. Fala-se do processo de compreensão da palavra escrita, como o sentido restrito e da leitura de mundo, em sentido amplo. Neste último sentido, o leitor encontra nos escritos de Paulo Freire uma explicitação pertinente. No primeiro, Orlandi (1988) desenvolve uma longa discussão sobre o que significa compreender um texto. Para esta autora, significa atribuir um sentido, mas deixando aberta a possibilidade para que outros sentidos possam ser construídos. Isto tudo se refere à intersubjetividade sempre presente no processo

da leitura.

Neste artigo, aborda-se a leitura a partir das contribuições de Frank Smith (1983) e Daniel Cassany (1989). Restritamente, refere-se ao papel que se desempenha neste processo: o de ler como escritor.

Esta é uma lacuna que o autor deste artigo vem constatando em suas experiências como professor e como usuário leitor. Em particular, neste, dirige-se ao estudioso da Ciência Jurídica, incipiente ou já intelectualmente preparado para a pesquisa.

Examinando a teoria

Cassany (1989) discute o tema num capítulo, no livro *Describir el escribir*; como se aprende a escribir. Começa dizendo que esta orientação não se encontra nos manuais de redação e nem em textos que se referem à leitura, muito menos, nos manuais de gramática. Refere-se especificamente a publicações em língua espanhola. Mas se examinados os materiais disponíveis em escolas, no ensino fundamental de língua portuguesa, e mesmo no ensino superior, ainda se priorizam questões de gramática normativa. Os textos estudados não passam de pretexto para

o exame gramatical. Pouco acrescentam à atitude de ler como escritor, pode-se completar.

O estudante de Direito, vindo dessa formação, privilegia muito mais a correção gramatical que a adequação textual. A concepção de gramática que se tem é a de conjunto de regras que devem ser observadas de acordo com o contexto.

Em artigo publicado em 1983, Frank Smith explicita o seu posicionamento teórico. Além de também criticar os manuais de redação e de

* Vice-Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UNIVALI
Professor de Metodologia da Pesquisa, no Mestrado em Ciência Jurídica da UNIVALI.

gramática, defende que só se aprende a ler como escritor, lendo outros escritores. Como se aprende a observar a coesão e a coerência sem observar textos escritos? - pergunta-se Smith. E acrescenta: nem todos os leitores são escritores, porque não lêem como escritores. Concorde-se com o autor ao se observar que para escrever um artigo científico precisa-se ler, e muito, artigos; para produzir uma dissertação, uma monografia, uma tese, um informe científico, igualmente há que se ler algo similar, de preferência dentro do tema que se pretende abordar.

Isto significa que, ao se ler sobre a Ciência Jurídica, ao assumir o papel de escritor, aprende-se muito mais do que o conteúdo específico desejado. Aprendem-se estratégias textuais, macetes de persuasão, fórmulas de demonstração, além de questões pontualizadas como ortografia, concordância, regência.

Antes que alguém pense em suprimir o ensino de gramática, é bom observar o que o autor diz. Para ele, é inegável que se deva prestar atenção à ortografia; à aceitabilidade majoritária em termos de sintaxe; mesmo assim, nem todas as ocorrências sintáticas são satisfatoriamente explicáveis pela gramática. Mas além disso, há que se considerar o domínio da estrutura textual, de acordo com o tipo textual, pode-se acrescentar; decidir o registro, formal ou informal. Observa-se, às vezes, que o estudante e mesmo professores da Ciência Jurídica, valem-se de registros formais em situações coloquiais. O contrário também é verificado: ao se trabalhar cientificamente, há aqueles que escrevem como se estivessem falando. Isto vai além da questão gramatical.

Para Smith, o domínio da estrutura textual, o esquema textual de diferentes tipos e gêneros; a pertinência de determinado registro, adquire-se inconscientemente (aprendizagem espontânea).

Para quem já teve experiência com alfabetização, evidencia-se isto ao se perceber que um aluno que não lia, de repente, passe a ler fluentemente. Este posicionamento teórico não é pacífico na Academia.

E quais os esquemas textuais que o pesquisador da Ciência Jurídica precisa buscar? São muitos: de “papers”, de artigos, de informes científicos, de fichamentos de livros, de fichamentos para publicação. E como se aprende a ler tudo isto como escritor? Segundo a proposta de Smith, lendo similares. Parece óbvio, mas é uma questão complexa na academia hoje, principalmente quando se tem um número de estudantes ingressando com um nível insatisfatório de leitura. Quanto aos professores, eventuais alunos de programas de pós-graduação, quer-se impor o seu conhecimento, os seus esquemas, desconhecendo que, na Academia, deve-se ler e escrever de uma determinada maneira: investigativa, demonstrativa, respectivamente.

Para Smith (op. cit.), aprende-se a ler e escrever como se aprende a falar. O domínio dos mecanismos de coesão, de coerência, da entonação, dos gestos, do ritmo ditado pelo tipo de texto, tudo isto começa muito antes da escola. Quem acha, por exemplo, que na fala espontânea vulgariza-se a sintaxe da língua, engana-se. Desde cedo, aprendem-se: uso de encadeadores discursivos, recursos conjuntivos, operadores argumentativos.

Ampliando a explicitação, arrola como características da aprendizagem espontânea:

- *Incidental*: aprende-se sem que se queira aprender, por exemplo, lê-se um texto qualquer e fixa-se a ortografia da palavra “espontâneo”, com “s”, mas o objetivo da leitura não era este. Na Ciência Jurídica, de tanto ler obras de determinados autores, o pesquisador acaba incor-

porando mais do que conceitos: estratégias textuais para a pesquisa acadêmica.

- *Vicarial*: aprende-se com o outro; de tanto alguém ler contos, poesias, romances, constrói uma competência para produzir textos com formas semelhantes, ainda que os conteúdos possam diferir. Por exemplo, de tanto ler artigos científicos publicados em revistas de Ciência Jurídica, acrescida à sua própria experiência como escritor, o pesquisador constrói o seu esquema para também produzir artigos.

- *Inconsciente*: lê-se um texto apenas para tomar conhecimento de seu conteúdo, mas inconscientemente adquirem-se outros domínios: lexicais, sintáticos, pragmáticos. Aprende-se muito cedo que nem sempre uma pergunta é uma pergunta. Pode ser uma resposta, uma crítica, um desvio do tópico discursivo. Textualmente, aprende-se, ao ler como escritor, preparar estratégias de rejeição ou aprovação de teses.

- *Aprende-se com a língua em uso*. Ao se aprender pelos manuais de redação, pelas gramáticas, têm-se exemplos virtuais de uso; ao se confrontar com textos de periódicos, artigos científicos, dissertações, teses, há a língua em movimento, em uso. Isso torna a aprendizagem muito mais promissora. Aliás, neste caso, valeria uma pesquisa só para encontrar razões da permanência de determinadas formas, vocábulos, expressões, no Direito, quando a Ciência busca constantemente outras fundamentações e a língua acompanha esta busca.

- *Aprende-se para pertencer a um grupo*. Especificamente, na Academia, aprende-se para dominar conhecimentos de determinada ciência e para uma necessidade de pertencer à Academia. Antes disso, aprende-se para pertencer à família, ao pequeno grupo, à sociedade organizada. Hoje, as ocorrências escapam até ao controle do uso real, dadas as virtualidades que

dominam o mundo atual, via meios de comunicação de massa e os acessos via meios de informatização. A que grupo quer pertencer o pesquisador da Ciência Jurídica? É o da Academia?

Smith adverte, no entanto, que nem tudo o que se ouve ou se lê é incorporado. O usuário aprende o “que quer aprender” e rechaça o que não interessa. A partir disso, distingue: escutar como emissor (listen like a speaker) ou escutar como um receptor (listen like a listener). Neste último caso, não se quer aprender o que se diz. Assim, similarmente, ler como escritor é ler para aprender com ele. Lê-se, reescrevendo com o autor. Quer-se pertencer ao grupo ao qual se incorpora o mesmo. Há um “engajamento”. Lendo, portanto, como escritor, aprende-se a escrever também como escritor. Isto na Academia é uma condição indispensável.

No Direito, como em outras ciências, o pesquisador faz opção entre os autores a quem quer imitar, porque possuem autoridade no dizer e aqueles a quem rejeitam, por não serem explícitos ou não revelarem posicionamentos teóricos claros.

Nem sempre, lê-se como escritor. Por exemplo, ao se consultar uma lista telefônica, ou um endereço, num metrô, numa estação rodoviária, lê-se apenas para um propósito bem definido: obter uma informação exata. Isto explica porque pessoas que lêem muito não conseguem escrever, ou porque pessoas que lêem pouco, mas lêem como escritor, escrevem adequadamente. Constroem “modelos”.

Para esta “exclusão”, o autor encontra as seguintes explicações:

- não querem pertencer ao grupo;
- não há identificação com o grupo;
- não vêem vantagens nisso.

E por que ler como escritor arrola-se como um dos grandes desafios? Smith encontra as seguintes explicações:

- *Atenção sobrecarregada sobre o texto*; esta explicação o autor expande no livro "Reading", ao dizer de início que, se o leitor quiser entender o livro, livre-se de todas as tensões. Esta situação é observada principalmente nas leituras para fim acadêmico e nas leituras dos próprios textos para a elaboração de artigos, dissertações e teses.

- *Concentração demasiada no ato de ler, tentando relacionar cada palavra*. Muitas vezes, ao ler e se preocupar com o significado de uma palavra, o leitor perde o contexto e se desvia da temática ou do tópico localizado no texto. Muitas dessas palavras se depreendem pelo mesmo contexto, uma prova dessa evidência é ler-se textos em língua estrangeira. O desconhecimento de uma ou outra palavra não impede de que o sentido geral do texto seja apreendido. Dificulta muito mais se for problema de estrutura, coesão ou coerência.

- *Quando se tenta memorizar todo o texto*; é praticamente impossível realizar uma leitura e lembrar tudo o que o texto diz. Para isso usa-se um processo cognitivo chamado "cancelamento", através do que se eliminam as informações secundárias e apreende-se apenas o essencial. (Van Dijk, 1978).

- *Quando se lê em voz alta*. A leitura em voz alta pode ser um auxiliar para alunos estudarem para provas, para observar a entonação, entre outras finalidades. Mas para ler como escritor, pouco serve. Exceção dos exercícios de oratória.

- *Quando se tem problema para entender o texto*. Os desafios podem ser de diferentes origens: desde a estrutura até o conteúdo estranho

para o leitor. Por exemplo, na literatura moderna usa-se uma estrutura caótica. Quem não está acostumado com este tipo, estranha e torna-se difícil ler como escritor. Também não se pode ler como escritor numa área de conhecimento que não se domina. Por exemplo, o autor deste artigo, fica extremamente limitado ao ler um artigo de Direito. Jamais poderia fazê-lo como escritor do e no Direito.

- *Quando não se entendem as palavras básicas*. Há conceitos específicos em certos textos, sem o domínio dos quais é impossível exercer o papel de leitor-escritor. Imagine-se o desconhecimento do sentido da palavra "terceirização", no sentido de prestação de serviços a empresas. Haveria desastre no entendimento se a palavra fosse confundida com o setor terciário da economia.

- *Quando não se tem nenhum interesse de escrever o que se lê*. Lê-se, porque o professor pediu. Mas o leitor pouco se importa com o conteúdo desse livro, tampouco com a sua estrutura.

- *Quando não se gosta de escrever*. Infelizmente, pela forma como a escrita vem sendo trabalhada, o número de usuários que não gostam de escrever ou que acham que não sabem escrever é significativo. Para este caso, só um trabalho sistemático de "desbloqueio" resolveria.

- *Quando não se tem nenhuma expectativa de utilizar o tipo de linguagem escrita que se lê*. Dificilmente, alguém escreveria como nos gibis, nos dicionários.

Finalmente, há ingredientes no processo que não se manifestam no texto escrito, publicado. Assim, ler como escritor implica saber também que o texto publicado passou por várias etapas, a que não se tem acesso.

Considerações Finais

As correlações neste artigo extrapolam o artigo de Smith e o capítulo no livro de Cassany e constituem posicionamentos próprios, por suas observações no ensino, desde a alfabetização até a pós-graduação *stricto sensu*.

O interessante dos dois textos é a importância atribuída à abstração que o ato de ler exige, no sentido de se posicionar no lugar do escritor.

Quando se fala de escritor aqui, pensa-se em escritor capaz de produzir textos compreensíveis, para a média do público leitor, em que as condições de compreensibilidade sejam cumpridas, não necessariamente à produção de literatura, *stricto sensu*.

No próximo depoimento, abordar-se-á o tema “escrever como leitor”.

Referências Bibliográficas

CASSANY, Daniel. *Describir el escribir; cómo se aprende a escribir*. Barcelona, Buenos Aires, México: Paidós, 1989.

SMITH, Frank. Reading like a writer. *Language Arts*, 60, p. 558-567, 1983.

——— *Reading*. Cambridge: University Press, 1978.

VAN DIJK, Teun. A. *Linguística del texto; un enfoque interdisciplinario*. Barcelona: Paidós, 1978.